

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente**

31 de dezembro de 2022

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente
em 31 de dezembro de 2022**

ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	3
Balancos Patrimoniais	6
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 08 de maio de 2023.



HLB BRASIL

Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores
CRC 2SP042459/O-4

Eduardo Coelho
Sócio
Contador CRC 1RS77913/O-4

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais 1)

ATIVO	NOTA	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	147.279	2.721.659	Fornecedores	8	366.188	1.344.260
Ativo de Contrato	5	5.429.019	2.734.976	Empréstimos e Financiamentos	9	25.648.902	21.547.138
Adiantamento a Fornecedores	7	7.459	-	Tributos a Recolher	10	235.621	247.433
Impostos a Recuperar	-	4.565	18.636	Outras Contas a Pagar	11	1.613.650	596.553
Despesas Antecipadas	6	-	278.597			27.864.361	23.735.384
		5.588.322	5.753.868				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável Longo Prazo				Empréstimos e Financiamentos	9	9.829.561	-
Ativo de Contrato	5	31.635.199	26.431.259	Tributos a Recolher	10	6.098	49.794
Parte relacionadas	7	1.852.837	1.000.000	Tributos a Recolher Diferido	18	4.204.053	4.271.870
		33.488.036	27.431.259	Outras Contas a Pagar	11	111.698	-
				Outras Obrigações	12	5.645.510	5.614.001
						19.796.920	9.935.665
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	13.1	27.618.083	27.618.083
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	373.119	373.119
				Prejuízo Acumulado	13.3	(36.576.125)	(28.477.123)
						(8.584.923)	(485.921)
TOTAL DO ATIVO		39.076.358	33.185.127	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.076.358	33.185.127

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais 1)

	NOTA	2022	2021
Receita Líquida	14	10.690.544	14.973.190
Custos dos Serviços Prestados	14.1	(7.073.968)	(9.689.989)
Lucro Bruto		3.616.576	5.283.201
Despesas Administrativas	15	(4.617.711)	(19.452.389)
Despesas Tributárias	16	(893.630)	-
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(1.894.765)	(14.169.188)
Receitas Financeiras	17	77.728	1.716
Despesas Financeiras	17	(6.770.544)	(2.359.385)
Prejuízo antes do IRPJ a da CSLL		(8.587.581)	(16.526.857)
Provisão para IRPJ e CSLL – Diferido	18	488.579	6.202.044
Prejuízo Líquido do Exercício		(8.099.002)	(10.324.813)
Resultado por Ação	19	(0,45)	(0,58)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais 1)

	2022	2021
Prejuízo Líquido do Exercício	<u>(8.099.002)</u>	<u>(10.324.813)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(8.099.002)	(10.324.813)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais 1)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Não Auditado Reapresentado	13.003.972	12.547.928	(18.152.310)	7.399.590
Adiantamento para Aumento de Capital	14.614.111	(12.547.928)		2.066.183
Absorção de Reserva de Capital		373.119		373.119
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(10.324.813)	(10.324.813)
Em 31 de dezembro de 2021	27.618.083	373.119	(28.477.123)	(485.921)
Prejuízo Líquido do Exercício			(8.099.002)	(8.099.002)
Em 31 de dezembro de 2022	27.618.083	373.119	(36.576.125)	(8.584.923)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais 1)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do Exercício	(8.099.002)	(10.324.813)
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Aplicadas nas Atividades Operacionais	8.748.473	12.891.337
Perda de crédito esperada	3.213.323	13.479.380
Provisão contingências	6.023.729	5.614.001
Impostos diferidos	(488.579)	(6.202.044)
Variações nos Ativos e Passivos	(15.088.993)	(17.983.870)
Aumento de ativos de contrato	(7.897.983)	(16.576.030)
Aumento de outros ativos	1.006.612	(1.176.005)
(Redução) de fornecedores	(978.072)	(2.194.290)
(Redução) de adiantamento de clientes	-	(242.505)
(Redução) de outros passivos	(7.219.550)	2.204.960
Consumo de caixa nas atividades operacionais	(14.439.522)	(15.417.346)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	373.119
Integralização de capital social	(2.066.183)	2.066.183
Variação de empréstimos e financiamentos	13.931.325	15.699.701
Geração de caixa nas atividades de financiamentos	11.865.142	18.139.003
Geração de Caixa e equivalentes de caixa	(2.574.380)	2.721.657
No início do exercício	2.721.659	2
No final do exercício	147.279	2.721.659
(Consumo)/Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.574.380)	2.721.657

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais 1 exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional compostas pela Linha de Transmissão – LT Mesquita – Timóteo 2, em 230 KV e pela Subestação – SE Timóteo 2, em 230 KV, Entradas de Linha, Barramentos, Instalações Vinculadas e demais instalações nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 14 de maio de 2021, a TS INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA S/A (TS Infra) efetuou a compra de 100% das ações do capital votante da Companhia em conformidade com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças.

A TS Infra obteve a anuência da transferência de controle da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 17 de agosto de 2021, através do despacho de nº 2.517 com as seguintes deliberações relevantes:

I - Determinar o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Despacho, para que seja celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, sob pena de continuidade do processo de caducidade da concessão;

II - Vedar ulterior transferência de controle da ETTM até a entrada em operação comercial de todas as funções de transmissão que são objeto do Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012;

III - Indeferir o pedido de medida cautelar para suspender cautelarmente os efeitos do Despacho SFE nº 618, e dar-lhe parcial provimento, mantendo a penalidade prevista, mas alterando seu valor para R\$359.856,58 (trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos);

IV - Aplicar à Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A. - ETTM, CNPJ 14.556.893/0001-60, a sanção de “suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica”, pelo prazo de dois anos contados da data de publicação do Despacho,

V - Determinar ao Operador Nacional do Sistema – ONS, que, após a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, revise os Termos de Liberação TLR-TONS/28/12/2020, TLR-TONS/29/12/2020 e DITTLRONS/47/12/2020, emitido em favor da Mantiqueira Transmissora de Energia, para retirar a ETTM da condição de terceiro causador da pendência impeditiva.

O empreendimento entrou em operação em janeiro/23 e a Companhia passou a contar com um fluxo de ingressos recorrentes, provenientes da Receita Anual Permitida (RAP) prevista em seu contrato de concessão.

No horizonte de curto prazo, o plano da administração será focado no alongamento da dívida bancária, mediante a utilização dos mecanismos de crédito destinados ao setor de infraestrutura, utilizando como garantia a cessão do fluxo de recebíveis e direitos creditórios da Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de concessão.

2. Declaração de Conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 08 de maio de 2023.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto onde indicado de outra forma.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em Reais 1, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Todas as estimativas são ajustadas mensalmente com as premissas mais atuais e disponíveis para a administração no final de cada mês. As estimativas são atualizadas com a finalidade de refletir o valor de liquidação, sem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A

Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

3. Práticas Contábeis

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber vinculados ao contrato e concessão 02/2012. Para os prazos de recebimento equivalentes a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia elaborou teste de recuperabilidade em suas contas a receber vinculados ao Contrato de Concessão nº 02/2012, por ser esta a única Unidade Geradora de Caixa – UGC.

O valor recuperável da UGC foi determinado com base no fluxo de caixa projetado até o final da concessão, descontado pelo Custo Médio Ponderado de Capital adotado. As premissas adotadas foram:

- Custo Médio Ponderado: 7% a.a.
- Receitas: referentes aos ativos vinculados ao contrato ainda em construção,
- Custos e Despesas: Projetadas com base nos custos e despesas existentes, acrescidas daqueles referentes aos ativos em construção,
- Período do Fluxo de Caixa: até julho de 2042, encerramento da concessão.

3.3 Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente cujo benefícios ultrapassam ao exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência.

3.4 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes pelo prazo de liquidação de até um ano. Foram reconhecidas pelo valor das faturas correspondentes.

3.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o

período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos NBCTG 47 – Receita de Contrato com Cliente e NBCTG 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.6.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Contrato de Concessão

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada é a definida em contrato de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à ETTM, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETTM entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Ativo Contratual da Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis)

geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 7,31% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão – Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o imposto de renda sobre o lucro presumido e para a contribuição social, foram calculadas e contabilizadas de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros.

Em 2022, Companhia passou a adotar o critério de lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o ano de 2021 a Companhia adotava o regime de lucro real anual, em que as apurações eram efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

A mudança de critério se deu pela expectativa de entrada em operação da Companhia em 2023 com a prestação de serviços de transmissão mediante ao recebimento de Receita Anual Permitida (RAP).

3.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com o modelo de negócio definido pela entidade e classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros ao custo amortizado, instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos Conta Corrente	11.259	-
Aplicações de Liquidez Imediata	136.020	2.721.659
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	147.279	2.721.659

As aplicações de liquidez imediata correspondem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados por referência à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

5. Ativo de Contrato

O saldo a receber registrado no grupo de clientes refere-se aos valores de ativo de contrato vinculado ao contrato de concessão 02/2012.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo de Contrato	66.270.238	55.158.932
(-) Perda de Crédito Esperada	(29.206.020)	(25.992.697)
Ativo de Contrato Líquido	37.064.218	29.166.235
Circulante		
Ativo de Contrato	5.429.019	2.734.976
Subtotal	5.429.019	2.734.976
Não circulante		
Ativo de Contrato	31.635.199	26.431.259
Total a Receber – Ativo de Contrato	37.064.218	29.166.235

Em 31 de dezembro foi efetuada a avaliação de perda de crédito esperada de acordo com NBC TG 48 item 5.5.1 de saldos de ativo de contrato, resultando um saldo de provisão no valor de R\$ 29.206.020 (R\$ 25.992.697 em 2021).

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera

que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro, o saldo de despesas pagas antecipadamente é composto por:

	2022	2021
Prêmio de Seguros	-	16.834
Custo por Emissão de Empréstimos		261.763
Despesas Antecipadas	-	278.597

7. Partes Relacionadas

As transações com a controladora TS Infraestrutura e Engenharia S.A, referem-se substancialmente a prestação de serviços e foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

Operações com Controladora

<u>Controladora</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ATIVO		
Adiantamento parte relacionada	1.852.837	1.000.000
RESULTADO		
Serviços prestados de EPC	4.780.000	4.000.000

8. Fornecedores

O saldo a pagar registrado no grupo de fornecedores refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia na aquisição de insumos, equipamentos e serviços recebidos relacionados aos projetos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Nacionais	366.188	1.344.260
Total de Fornecedores	366.188	1.344.260

9. Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos apresentam a seguinte composição:

	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante			
BTG PACTUAL	15/05/2023	25.648.902	21.547.138
Total		25.648.902	21.547.138
Não Circulante			
RAVI Fundo de Investimento e FRAM DTVM	21/05/2023	4.788.769	-
Johansen Fundo de Investimentos e FRAM DTVM	21/05/2023	3.742.011	-
Storm Fundo de Investimentos e FRAM DTVM	21/03/2023	1.298.781	-
Total		9.829.561	-

A taxa de juros média ponderada aplicada sobre as operações de empréstimos contraídos pela Companhia é de 5,75% a.a. mais CDI.

As operações de crédito contratadas junto a Fram DTVM, Johansen Fundo de Investimentos, RAVI Fundo de Investimento e Storm Fundo de Investimentos na modalidade de capital de giro, correspondem a uma linha de crédito rotativo, subordinado e de renovação automática de aproximadamente R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), garantida pelos acionistas controladores.

A operação de crédito junto ao banco BTG PACTUAL, foi contratada a título de empréstimo “ponte” durante a fase de implantação do empreendimento e será sucedida por uma operação de crédito destinada ao setor de infraestrutura, utilizando como garantia a cessão do fluxo de recebíveis e direitos creditórios da Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de concessão.

10. Tributos a Recolher

O saldo das obrigações sociais, trabalhistas e tributárias da Companhia é composto da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Impostos Federais – Retenções	234.420	246.580
PIS e COFINS a Recolher	1.201	-
ISS a Recolher	-	853
Total	235.621	247.433

Não Circulante

Impostos Federais – Retenções	6.098	49.794
Total	6.098	49.794
Obrigações Tributárias	241.719	297.227

11. Outras Contas a Pagar

O saldo a pagar registrado no grupo de outras contas a pagar refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia com provisão de acordo na aquisição de insumos recebidos relacionados ao projeto e provisão taxa de fiscalização e RGR regulatórios diferidos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Acordo com Fornecedores	625.000	-
Provisão Taxa Fiscalização	988.650	596.553
	1.613.650	596.553
Não Circulante		
Acordo com Fornecedores	111.698	-
	111.698	-
Total Outras Contas a Pagar	1.725.348	596.553

12. Provisão para Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes das atividades normais de seus negócios. Com respaldo dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Para os processos com probabilidade de perda provável, foram constituídas provisões para o montante total do risco mensurado. A seguir apresentamos a composição da provisão para contingência constituída:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Constituição de Provisão	358.238	5.255.763	5.614.001
Saldos em 31 de dezembro de 2021	358.238	5.255.763	5.614.001
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	11.748	1.252.469	1.264.217
Reversões e pagamentos	(369.986)	(862.722)	(1.232.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	5.645.510	5.645.510

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social pertence inteiramente a acionista TS Infraestrutura e Engenharia S.A. domiciliada no Brasil, no valor de R\$ 27.618.083, dividido em 27.618.083 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

13.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social

Refere-se a aporte de capital a ser vertido ao capital social da Companhia no valor de R\$ 373.119, originado pela acionista TS Infraestrutura e Engenharia S.A. com previsão de integralização em 2023.

13.3 Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta um saldo de prejuízos acumulados no valor de R\$ 37.567.736, proveniente da consolidação dos seguintes eventos do período:

- a) Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 9.090.612;
- b) Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores de R\$ 28.477.124;

14. Receita Líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Venda de Serviços Prestados	11.111.306	16.532.101
Receita Bruta	11.111.306	16.532.101
Impostos sobre Vendas	(420.762)	(1.558.911)
Receita Líquida	<u>10.690.544</u>	<u>14.973.190</u>

14.1 Custos dos Serviços Prestados

Os custos sobre serviços dos serviços prestados sobre contrato de concessão 02/2012 apresentam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Material de Uso e Consumo (*)	-	(8.976.633)
Serviços	(6.673.673)	(519.226)
Seguros	(64.017)	(163.941)
Outras Despesas	(336.278)	(30.189)
Total	<u>(7.073.968)</u>	<u>(9.689.989)</u>

(*) Em setembro de 2021 a TS INFRA, na posição de compradora das ações de ETTM retomou as obras para construção da linha de transmissão adquirindo materiais de uso e consumo aplicado na obra e em 2022 conclusão de 90% da linha de transmissão sem aquisição de materiais de uso e consumo.

15. Despesas Administrativas

As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Indenizações	(1.001.218)	(129.944)
Serviços Terceirizados	-	(57.442)
Serviços de Consultoria	-	(89.178)
Perda de Crédito Esperada	(3.213.323)	(13.479.380)
Provisão Contingências	(31.509)	(5.614.001)
Outras Despesas	(371.661)	(82.444)
Total	(4.617.711)	(19.452.389)

16. Despesas Tributárias

As despesas tributárias apresentam seguinte composição:

	2022	2021
IOF	(352.266)	-
Impostos e Taxas	(540.160)	-
PIS/COFINS Receitas Financeiras	(1.205)	-
Total	(893.630)	-

17. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos Aplicação Financeira	25.161	1.716
Reembolso de Despesas	51.893	-
Outras Receitas	674	-
Receitas Financeiras	77.728	1.716
Despesas e Comissões Bancárias	(2.250.189)	(1.225.746)
Juros Pagos ou Incorridos	(4.520.355)	(1.133.639)
Despesas Financeiras	(6.770.544)	(2.359.385)
Resultado Financeiro	(6.692.816)	(2.357.669)

18. Tributos Diferidos

a) Composição dos Tributos Diferidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributo Diferido Ativo		
Provisão acordos com fornecedores	-	1.250.000
Provisão para contingências	-	5.614.001
BNCSSL e Prejuízo fiscal	-	19.963.176
Base de cálculo	-	26.827.177
IRPJ Ativo Diferido	-	6.706.794
CSLL Ativo Diferido	-	2.414.446
Total Tributo Diferido Ativo	-	9.121.240
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributo a Recolher Diferido		
Ativo Financeiro líquido	37.064.218	29.166.235
PIS e COFINS exigibilidade suspensa	-	(4.781.207)
Base de cálculo	37.064.218	24.385.028
IRPJ Passivo Diferido	(717.284)	(6.096.257)
CSLL Passivo Diferido	(1.067.449)	(2.194.653)
Tributo Diferido Passivo	(1.784.734)	(8.290.910)
Total IRPJ e CSLL Diferidos Líquido	(1.784.734)	830.330
Base de cálculo (Ativo Financeiro registrado em receita)	66.270.238	55.158.932
PIS Diferido	(430.837)	(910.121)
COFINS Diferido	(1.988.482)	(4.192.079)
Total PIS e COFINS Diferidos Líquido	(2.419.319)	(5.102.200)
Tributo Diferido Líquido	(4.204.053)	(4.271.870)

b) Conciliação do Resultado

Apresentamos a seguir a conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal vigente em 31 de dezembro de 2022:

	<u>2022</u>
(Prejuízo) antes dos impostos	(8.587.581)
Alíquota vigente	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	2.919.778
Efeito no resultado entre a tributação pelo lucro presumido	3.408.537
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>488.579</u>
Diferido	488.579
Taxa efetiva – corrente e diferido	5%

19. Resultado por Ação

Os cálculos do resultado básico e diluído por ação são feitos através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Qtd de ações	Período	Média Ponderada 2022	Média Ponderada 2021
13.003.972	1	13.003.972	13.003.972
14.614.111	0,33	4.884.717	4.884.717
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (em ações)		17.888.689	17.888.689
Prejuízo líquido do exercício		(8.099.002)	(10.324.813)
		(0,45)	(0,58)

20. Evento Subsequente

Em 30 de Janeiro de 2023, a Companhia emitiu novas ações, de modo a aumentar seu capital social em R\$ 4.000.000,00. Tais ações foram subscritas e integralizadas pelo FRAM CAPITAL MARAPÉ FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FIP MARAPÉ”), inscrito no CNPJ No. 29.992.920/0001-15, sendo considerado esse novo acionista.

Em 12 de abril de 2023 o FIP MARAPÉ, subscreveu e integralizou uma emissão adicional de ações no valor de R\$4.000.000,00, em ato contínuo, adquiriu as ações remanescentes da TS Infraestrutura, tornando-se o único acionista da ETTM.

Esse movimento faz parte de um plano de reorganização societária, aprovado e deliberado pelos acionistas em AGE arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais em 24 de abril de 2023.

* * *